



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS I – CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO – PGFILE**

**ROSEVÂNIO DE BRITTO OLIVEIRA**

**O SOBRETALHO E A PRECARIZAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA  
MARXISTA**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2016**

**ROSEVÂNIO DE BRITTO OLIVEIRA**

**O SOBRETALHO E A PRECARIZAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA  
MARXISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso –  
Monografia – apresentado ao Programa de  
Pós-Graduação em Filosofia da Educação  
– PGFILE – UEPB – como requisito  
parcial à obtenção do título de Especialista  
em Filosofia da Educação.

**Orientador:** Professor Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48s Oliveira, Rosevânio de Britto.  
O sobretabalho e a precarização docente na perspectiva marxista [manuscrito] / Rosevânio de Britto Oliveira. - 2016.  
34 p.  
  
Digitado.  
Monografia (Filosofia da Educação) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Filosofia".

1. Karl Marx. 2. Trabalho. 3. Sobretabalho. 4. Precarização. 5. Educação. I. Título.

21. ed. CDD 363.7

ROSEVÂNIO DE BRITTO OLIVEIRA

**O sobretrabalho e a precarização docente na perspectiva  
marxista**

Trabalho de Conclusão apresentado no programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação (PGFILE) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Filosofia da Educação.

Aprovado em 24/08/2016,



---

Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB  
Orientador



Prof.ª Dra. Aliciana de Alcida Vieira / UEPB  
Examinadora



Prof. Me. Janduí Evangelista de Oliveira / UEPB  
Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais José Ronaldo e Maria José, aos meus irmãos Rosinaldo, Reginaldo, Mariana e José Jocélio, bem como minha tia Roseane, que me deram forças para que eu pudesse alcançar mais este objetivo em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida e por ter me conduzido por caminhos cheios de sabedoria e me dado discernimento para ultrapassar os obstáculos ao longo dessa especialização.

Agradeço aos meus professores que de forma atenciosa estiveram conosco ao longo dessa especialização enfrentando também os dilemas que envolveram esta turma pioneira.

Agradeço ao professor Dr. Valmir Pereira por acreditar que posso ir além academicamente e pela amizade construída ao longo de anos.

Agradeço aos professores Janduí Evangelista de Oliveira e Aliceane de Almeida Vieira que acolheram este trabalho para examinar e acolhendo também a mim e aos meus ideais enquanto pessoa e profissional.

Agradeço a minha família Filhos do Céu por acreditarem em meu potencial e incentivar a continuar sem desanimar.

Enfim, finalizo estes agradecimentos voltando-me aos meus amigos e amigas da turma pioneira da Especialização em Filosofia da Educação da UEPB pela amizade conquistada e pelos conhecimentos compartilhados.

A todos, obrigado por tudo!

*“Os homens fazem a sua própria história. Contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.*

*(Karl Marx, O 18 de brumário de Luís Bonaparte)*

## RESUMO

Sabe-se que o trabalho esteve presente nos mais diversos períodos da história no que se refere ao desenvolvimento do ser humano. Este trabalho pode ser abordado sob os mais variados aspectos: a escravidão, a evolução do trabalho, a industrialização, o assalariamento, o sindicalismo, a precarização, entre outros. Os problemas que se refere à precarização do trabalho não são de hoje e o seu crescimento acentuou-se nos últimos tempos. No que se refere ao trabalho docente, encontramos professores exercendo várias funções para corresponder exigências que vão além de sua formação ou área específica. Muitas vezes, nos perguntamos se de fato as nossas universidades estão pensando sobre a formação dos futuros profissionais da educação, e que na graduação muitas são as discussões referentes a esta temática. Percebemos, no entanto, que no decorrer dessa formação, se faz necessário a cada dia procurar crescer em conhecimentos referentes à área e tudo aquilo que a compõe. Com isso, faz necessário perguntarmos como identificar este sobretrabalho e como essa precarização chega ao âmbito escolar influenciando o trabalho do professor. Para ajudar nessa reflexão, tomaremos o pensamento de Karl Marx (1818-1883), bem como, de alguns de seus principais pesquisadores, a saber: Ivo Tonet, Sérgio Lessa, Ricardo Antunes, Fernando Magalhães, dentre outros. Este trabalho se divide em três partes e tem por objetivo geral refletir acerca da categoria de sobretrabalho e a precarização docente na perspectiva marxista. Para isso, temos por objetivos específicos: a) apresentar de forma breve os aspectos históricos e biográficos de Karl Marx destacando também suas obras, sejam as escritas individualmente, seja em parceria com seu amigo Engels; b) dimensionar a condição a que o homem foi submetido no correspondente ao trabalho, apresentando um breve panorama do processo de trabalho ao longo da história, especialmente, dos pré-históricos ao período moderno. E por fim, c) apresentar o pensamento de Karl Marx referente à categoria trabalho e aquilo que se denominou como sobretrabalho, bem como o processo de precarização do trabalho. No mais, a temática aqui abordada é de grande importância, pois a reflexão da categoria trabalho perpassa desde os primórdios da sociedade primitiva até o chão da fábrica e suas repercussões na educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Karl Marx. Trabalho. Sobretrabalho. Precarização. Educação.



## ABSTRACT

It is known that the work was present in various periods of history regarding the development of human beings. This work can be approached from various aspects: slavery, the progress of work, industrialization, wage, trade unionism, casualization, among others. The problems referred to the precariousness of work are not of today and its growth has been accentuated in recent times. With regard to teaching, we find teachers performing various functions to meet requirements that go beyond their training or specific area. Often, we wonder if indeed our universities are thinking about the training of future professionals in education, and at graduation many are related to this issue discussions. We realize, however, that during this training, it is necessary every day seek to grow in knowledge regarding the area and everything that composes. With this, it is necessary to ask how to identify this surplus and how the precariousness comes to school environment influencing the teacher's work. To help in this reflection, we will take the thought of Karl Marx (1818-1883), as well as some of its leading researchers, namely: Ivo Tonet Sergio Lessa, Ricardo Antunes, Fernando Magalhaes, among others. This work is divided into three parts and has the objective to reflect on the surplus category and teacher precarious in the Marxist perspective. For this, we have for specific objectives: a) to present briefly the historical and biographical aspects of Karl Marx also highlighting his works, are written individually or in partnership with his friend Engels; b) scale the condition that the man was submitted to the corresponding work, presenting a brief overview of the work process throughout history, especially from the prehistoric to the modern period. And finally, c) present the thought of Karl Marx referring to the work category and what is termed as surplus, as well as the process of casualization of labor. In most, the issue addressed here is of great importance, because the reflection of the work category permeates from the early days of primitive society to the factory floor and their impact on education.

**KEY WORDS:** Karl Marx. Job. About work. Precariousness. Education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I: KARL MARX: principais aspectos históricos e biográficos.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II: TRABALHO E REALIZAÇÃO: o indivíduo diante do mundo do trabalho.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III: KARL MARX E O SOBRETALHO DOCENTE.....</b>	<b>24</b>
<b>4.1</b>	<b>O sobretrabalho docente .....</b>	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>7</b>	<b>FONTES CONSULTADAS .....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o trabalho está presente nos mais diversos períodos da história, no que se refere ao desenvolvimento do ser humano. Afinal, percebe-se que muitas pessoas trabalham, já trabalharam ou virá a trabalhar algum dia. Diante disso, o trabalho encontra-se relacionado como emprego do qual se recebe um tipo de remuneração.

Este trabalho pode ser abordado sob os mais variados aspectos: a escravidão, a evolução do trabalho, a industrialização, o assalariamento, o sindicalismo, o sobretrabalho, a precarização.

Neste sentido, tendo feito parte do PIBID – Programa de Iniciação a Docência – UEPB (2013/2014), bem como membro do NEPEFIL Karl Marx – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino de Filosofia e Filosofia Marxista – UEPB (a partir de 2014) venho observando através de estudos esta temática da educação, e principalmente o que diz respeito à precarização da mesma.

Portanto, esta temática fora escolhida pela inquietação existente diante do mundo do trabalho, destacando aqui o trabalho do profissional da educação. Visto que encontramos no âmbito educacional cada vez mais um mal estar por parte dos docentes diante os vários aspectos que pautam a precarização de seu trabalho, a saber: o salário, as condições de trabalho, a carga horária de trabalho e de ensino, o tamanho das turmas, a relação entre professor e alunos, a rotatividade e itinerância dos professores.

O objetivo geral de nossa pesquisa é fazer uma reflexão acerca do sobretrabalho e a precarização docente na perspectiva marxista. Para isso, temos por objetivos específicos: a) apresentar de forma breve os aspectos históricos e biográficos de Karl Marx destacando também suas obras, sejam as escritas individualmente, seja em parceria com seu amigo Engels; b) dimensionar a condição a que o homem foi submetido no correspondente ao trabalho, apresentando um breve panorama do processo de trabalho ao longo da história, especialmente, dos pré-históricos ao período moderno. E por fim, c) apresentar o pensamento de Karl Marx referente à categoria trabalho e aquilo que se denominou como sobretrabalho, bem como o processo de precarização do trabalho.

Utilizaremos o pensamento do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), visto que o mesmo é um dos principais teóricos acerca do trabalho. Marx aborda a temática do trabalho como condição de liberdade, pelo menos de início, visto a relação do homem com a natureza. Mais tarde, este pensamento de humanização por meio do trabalho ganha outro sentido, pois o trabalho será um instrumento de desumanização do próprio homem.

Para ajudar na reflexão desse pensador alemão, buscamos também utilizar alguns de seus principais pesquisadores, a saber: Ivo Tonet, Sérgio Lessa, Ricardo Antunes, Fernando Magalhães, dentre outros.

O trabalho fora ancorado em livros, artigos, monografias, teses, dicionários, os quais ajudaram na fundamentação teórica do mesmo e nos abriu o horizonte para dar continuidade aos estudos sobre esta temática da categoria de trabalho.

No mais, acreditamos que a temática que envolve o mundo do trabalho venha ser de grande relevância e contribui academicamente para uma reflexão dos docentes principalmente no que condiz com as categorias de sobretrabalho e precarização.

## 2 CAPÍTULO I: KARL MARX: principais aspectos históricos e biográficos

Karl Marx nasceu em 05 de maio de 1818 em Trier, Alemanha. Seus pais, Heinrich Marx e Henriette Pressuburg, eram de origem judaica. Mas, por causa das leis anti-semitas que vigoravam na região, decidiu converter-se ao protestantismo.

Segundo Coggiola (2015, p. 76),

O pai de Marx era advogado bastante destacado, mas só poderia advogar se não permanecesse judeu; daquela forma, não poderia ascender ao cargo de procurador, de juiz, ou seja, seguir com sua carreira jurídica. Como tinha enormes oportunidades de fazer uma carreira, simplesmente se converteu ao protestantismo, sem abjurar da fé judaica porque não tinha fé religiosa. Era, enfim, um livre-pensador que não praticava nenhum tipo de religião.

Embora, “a conversão dos judeus na Alemanha era simplesmente uma maneira de se abrir caminhos profissionais, nada além disso” (COGGIOLA, 2015, p. 77). Afinal, diferentemente de um cristão que passa a não acreditar em Deus torna-se um ateu; os judeus apesar de um dia não acreditarem em Deus continuarão sendo judeus. Estes se tornam apenas judeus não-crentes.

Completados os estudos secundários em Trier, Karl Marx foi para Bonn, onde ingressou na Universidade, seguindo o curso de Direito. No ano seguinte, abandona o curso e transfere-se para a universidade de Berlim, onde cursa filosofia.

Em 1841 – 1842 aos 23 anos de idade, ele defendeu como trabalho conclusivo do curso de filosofia na Universidade de Jena, sua tese de doutorado intitulada *As diferenças entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*, que o fez descobrir a crítica materialista da religião.

Em 1842, tornou-se redator-chefe da Gazeta Renana, jornal de oposição fundado por burgueses radicais, para o qual colaboravam com artigos eminentes estudiosos e intelectuais da época. Segundo Antunes (2015, p. 99), “[...] ao organizar os artigos, toma contato com a obra de um autor que não conhecia, Engels, que teve um papel singular”. Friedrich Engels (1820 – 1895) seria mais tarde amigo e colaborador nos escritos de Karl Marx. Os escritos desse filósofo alemão chamaram a atenção de Marx sendo um dos pontos de partida para o autor seguir em frente com o seu pensamento sobre a crítica da filosofia idealista.

Em 1843, Marx casou-se com uma amiga de infância, Jenny Von Westphalen e mudou-se para Paris. Na capital francesa, manteve contato com vários escritores e

intelectuais, franceses ou não, e conheceu especialmente Friedrich Engels, que seria seu amigo e colaborador pelo resto da vida.

A ligação com esse movimento comunista alemão lhe valeu a expulsão da França, decretada em janeiro de 1845, refugiando-se na Bélgica. O período vivido em Paris (1843-1845) e depois em Bruxelas (1845-1848) foi marcado por uma intensa atividade política e perseguição por parte daqueles que não iam de acordo com o seu pensamento político e econômico junto ao seu amigo Engels, visto que ambos já publicavam obras voltadas às realidades existentes da época a qual pautavam na crítica aos hegelianos.

Expulso da Bélgica, Karl Marx se refugiou em Colônia, na Alemanha, onde lançou a Nova Gazeta Renana, para a qual escreveu numerosos artigos em favor dos operários. “Assim, desempenhou o único trabalho remunerado que teve na vida, como redator e chefe do jornal [...]” (COGGIOLA, 2015, p. 78). Afinal, pelo que se sabe este pensador alemão vivia de forma precária tendo sempre ajuda do seu amigo e colaborador Engels.

Por intervenção das autoridades, o periódico foi empastelado pouco tempo depois de ter surgido. Perseguido, Marx voltou para Paris, mas por pouco tempo, pois sua permanência na Capital francesa foi-lhe proibida.

De saúde enfraquecida, talvez por causa das grandes privações por que passara e pelas quais continuava passando, em 1881 assistiu a morte de sua esposa Jenny Von Westphalen. Em 1883, presenciou a morte de sua filha. Abatido pela perda das duas e com sua saúde deteriorando-se sempre mais, Karl Marx não resistiu, vindo a falecer no dia 14 de março de 1883.

Marx escreveu uma vasta bibliografia, seja individualmente ou em parceria com seu amigo Friedrich Engels. Vale ressaltar que,

[...] Engels escreveu inúmeros artigos que assinava como Karl Marx, para que este recebesse o pagamento, dada sua situação de penúria. Então, a autoria era dúplice, sendo que varias obras foram realmente escritas a quatro mãos (ANTUNES, 2015, p. 103).

Dentre as obras em questão podemos destacar *Contribuição à crítica da filosofia do Direito de Hegel* (1843); *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844); *As teses sobre Feuerbach* (1845); *Miséria da Filosofia* (réplica a Proudhon, autor de *Filosofia da miséria*) (1847); *Lutas de classes na França* (1850); *Crítica da economia política* (1859); *O Capital* (em três volumes, sendo os dois últimos redigidos por Engels – respectivamente publicados

em 1867, 1885 e 1894); *A guerra civil na França* (1871); *Crítica ao programa de Gotha* (1875); *Considerações sobre o programa do Partido operário Frances* (1880).

As obras escritas em parceria com Engels são *A Sagrada Família* (1845); *A Ideologia Alemã* (1846); *O manifesto Comunista* (1848); *Anti Dühring* (1878).

Como percebemos, há um vasto número de escritos desse pensador alemão, embora para Magalhães (2014, p. 7), “[...] a obra completa de Marx ainda está por ser editada”. E mais,

Devo acrescentar, porém, que um trabalho desta natureza, isto é, sobre o pensamento de Marx, não pode ficar reduzido aos seus escritos. O Marxismo é uma teoria que não pertence exclusivamente ao célebre filósofo e economista germânico, ainda que o título da concepção materialista da história carregue o seu nome (MAGALHÃES, 2014, p. 8).

Então, cabe a nós além de ler as obras de Marx adentrar em sua linha de pensamento continuada por diversos pensadores e pensadoras que deixaram registros e marcaram de alguma forma a história. Afinal, “morre o homem, permanecem as ideias” (MAGALHÃES, 2014, p. 13). Pelo simples motivo de Marx tornar-se um clássico e contribuir até hoje na comunidade acadêmica.

Para Jinkings (2015, p. 7),

Os escritos desses dois gigantes do pensamento universal [Marx e Engels] abarcam da filosofia à economia, passando pela política e pela história, construindo um campo teórico sem precedentes na cultura ocidental.

No que refere à vida e escritos de Karl Marx alguns pesquisadores acreditam numa ruptura de pensamento desse pensador alemão, o dividindo em “jovem” e “velho” Marx; outros pesquisadores acreditam numa continuação de pensamento só que de forma mais madura. Tudo se dá pelo fato de que Marx em seu início abarcava o pensamento mais ideológico e filosófico, um tempo depois estava inserido cada vez mais na realidade da época tornando suas obras mais realistas e materialistas.

O primeiro marxismo é, assim, a fase de juventude de Marx, que compreende o período de sua atividade intelectual (e política) que vai até à *Ideologia alemã*, ou mesmo até um pouco adiante, a fase que se estende até o seu envolvimento mais sério com os estudos econômicos (MAGALHÃES, 2014, p. 42, grifo do autor).

Vale ressaltar que Magalhães acredita que não existe uma ruptura entre o que corresponde ao jovem e ao velho Marx, e sim uma continuidade teórica que vai se aprimorando com o passar do tempo, implicando assim alterações, continuidades e aprofundamentos.

Parafrazeando Viana (2004), encontramos uma continuação no pensamento de Marx dividido em três fases, a saber: Primeira (1838 – 1844) onde se encontram as preocupações mais humanísticas e filosóficas do autor; Segunda (1845 – 1848) onde Marx faz a sistematização de sua teoria da história; Terceira (1849 – 1883) encontramos a elaboração da teoria do capitalismo no que se refere à teoria de classes.

Ademais, não é o nosso propósito aprofundar esta discussão aqui visto o nosso objetivo corresponder a categoria de trabalho. Como vimos, o pensamento de Karl Marx é fundamental para compreendermos um período histórico, pois por intermédio de seus estudos filosóficos inteira-se das correntes materialistas, abarcando novas ideias no que correspondem à política econômica presentes na Europa do século XIX e, muito mais, nos permite ainda hoje fundamentar discussões trazendo reflexos de suas categorias.

No próximo capítulo, será apresentado um panorama de como se desenvolveu a categoria de trabalho diante da história, desde os pré-históricos até a modernidade, com o evento da Revolução Industrial.



### 3 CAPÍTULO II: TRABALHO E REALIZAÇÃO: o indivíduo diante do mundo do trabalho

No primeiro capítulo, apresentamos uma breve biografia de Karl Marx destacando dois períodos que de sua produção o que muitos pesquisadores apontam como o “primeiro marxismo” e o “segundo marxismo”. Ou o jovem e o velho Marx. Neste segundo capítulo, buscar-se-á dimensionar a condição a que foi submetido o homem como trabalhador no decorrer do processo histórico (dos pré-históricos até aquilo que se entende por modernidade).

A palavra trabalho possui várias traduções. Ou seja, no grego temos *Πόνοϋς* cujo significado segundo o dicionário grego-português é trabalhar, esforçar-se, estar ocupado, sofrer, estar fatigado, realizar com esforço. Já no latim *Tripaliare*, que nomeava o *Tripalium*, ou seja, instrumento de tortura, suplício. Pelo que vimos etimologicamente, o trabalho em sua origem comum é, portanto, identificado como tortura.

O trabalho vem a ser para Abbagnano (2007, p. 1147, grifos do autor), uma

Atividade destinada a utilizar as coisas naturais ou a modificar o ambiente para satisfação das necessidades humanas. O conceito de trabalho implica, portanto: 1) a dependência do homem, no que diz respeito a sua vida e aos seus interesses, em relação a natureza: o que constitui a necessidade [...]; 2) a reação ativa a essa dependência, constituída por operações mais ou menos complexas, destinadas a elaboração ou utilização dos elementos naturais; 3) o grau mais ou menos elevado de esforços, sofrimentos ou cansaço, que constitui o custo humano do trabalho [...].

Observamos que, o que se chama por trabalho se torna a ação que é dirigida pelo ser humano tendo finalidades conscientes das quais podem ser transformadas a realidade em que estão inseridos e a eles mesmos. Segundo Aranha e Martins (2005, p. 46),

[...] o ser humano transforma o mundo por meio do trabalho, mediante esforço coletivo ao arar a terra, colher seus frutos, domesticar animais, modificar paisagens, construir cidades e pontes. E não é só. Cria instituições como a família, o Estado, a escola; obras de pensamento como o mito, a ciência, a arte, a filosofia; estabelece valores, desde as mais simples regras de convivência social até as Leis do Direito. Além disso, ou seja, ao mesmo tempo que produz coisas, torna-se humano, constrói a própria subjetividade.

Nota-se que o ser humano se dignifica através de seu trabalho. Isto é, o trabalho torna-se algo importante não apenas para o sujeito (homem), mas para toda a sociedade visto que o

mesmo é um dos principais fatores de produção de riquezas. Vale ressaltar que esta importância do trabalho aqui vai muito além do dinheiro; o homem toma consciência de si mesmo e de seu valor. Nesse sentido, o trabalho não apenas dignifica, mas dá sentido à sua humanidade. Vejamos, portanto este processo de trabalho diante da história.

Quando pensamos a história encontramos os primeiros homens se desenvolvendo ainda diante das técnicas. Por técnica temos uma palavra grega *Techné* e que muitas vezes está associada à área da arte. No entanto, etimologicamente o termo técnica, para Abbagnano (2007, p. 1106),

[...] compreende qualquer conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade qualquer. Nesse sentido, técnica não se distingue de arte, de ciência, nem de qualquer processo ou operação capazes de produzir um efeito qualquer: seu campo estende-se tanto quanto o de todas as atividades humanas. [...].

Ou seja, ao longo da história do trabalho como veremos mais adiante, o homem foi fazendo uso e aprimorando a técnica para se adaptar ao seu próprio desenvolvimento enquanto ser humano e diante do desenvolvimento da sociedade a qual se encontra inserido. Esta passou a ser então um instrumento para o desenvolvimento do ser humano enquanto indivíduo.

Os homens do período Paleolítico e Neolítico usavam da natureza para fazerem seus instrumentos de trabalho. Estes no Paleolítico acabavam por construir objetos como lanças, arpões e pedras cortantes das quais serviam como facas e até mesmo como machados. Com estes instrumentos os homens do Paleolítico coletavam frutos bem como abatiam animais. Vale ressaltar que enquanto os homens caçavam, pescavam e construía; as mulheres coletavam, preparavam os alimentos e cuidavam das crianças.

No período Neolítico ou como também é chamado “pedra polida”, este ser humano vai aperfeiçoando seus instrumentos, ou seja, aprimorando sua técnica. Encontramos neste período a domesticação de animais como cabras, porcos e ovelhas e, o cultivo de plantas, estabelecendo, assim uma, nova relação entre o homem e a natureza.

Para Campos e Miranda (2005, p. 21), trata-se da chamada “Revolução Agrícola”. Ou seja, “essas atividades inerentes a tais transformações requeriam um trabalho muito maior. Era preciso trabalhar diariamente”. Neste caso, os homens deveriam agora preparar a terra, semear e colher o que plantou. Eles não poderiam apenas caçar e ficar com o restante do tempo livre como faziam no período do Paleolítico. O homem foi, de forma lenta,

aperfeiçoando as lavouras e a pecuária, visto que estas eram apenas atividades complementares dele enquanto caçador e coletor.

Sendo assim, quanto mais o homem trabalhava e adquiria o seu sustento, mais ele tinha a capacidade e o controle sobre o meio ambiente. No campo agrícola, era necessário ter certa divisão do trabalho. “Além do gênero, levava-se em conta também a idade e a força física de cada indivíduo” (COTRIM; FERNANDES, 2010, p. 143). Assim,

A característica básica dessa organização social era a coleta de alimentos (vegetais e pequenos animais) pelas florestas e campos. Como a atividade de coleta depende da disponibilidade de alimentos na natureza, ela é muito pouco produtiva. Por isso, a organização social não poderia evoluir para além de pequenos bandos que migravam de um lugar a outro em busca de comida (LESSA; TONET, 2011, p. 52).

Assim, este bando migratório é considerado para Lessa e Tonet como a primeira forma humana de organização social. O trabalho nesta sociedade considerada como “primitiva” se dá pelo fato de que todos trabalhavam e faziam uso dos produtos advindos desses trabalhos.

Com o desaparecimento dessa sociedade primitiva entra em cena outro tipo de sociedade e com ela novos tipos de modos de produção. Isto é, estes modos de produção seriam escravagistas e as sociedades eram a grega e a romana. Assim, “as sociedades escravistas [...] se caracterizavam pela existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores e os escravos” (LESSA; TONET, 2011, p. 57). Vale ressaltar ainda, segundo Lessa e Tonet (2011, p. 57), que “[...] durante o escravismo praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização de produção”. A única maneira de aumentar a riqueza seria aumentar a quantidade de escravos que cada senhor possuía. Estes escravos eram advindos de enormes impérios conquistados por estes senhores.

Justamente nas sociedades greco-romanas e também nas egípcias encontramos a utilização do trabalho escravo para uma vasta função, ou seja, na fabricação de utensílios, nos trabalhos domésticos, para serem gladiadores, músicos, filósofos e até poetas.

Para Jorge e Cavalcante (2005, p. 3),

O trabalho na Antiguidade representava punição, submissão, em os povos que os trabalhadores eram os povos vencidos nas batalhas, os quais eram escravizados. O trabalho não era dignificante para homem. A escravidão era tida como coisa justa e necessária. Para ser culto era necessário ser rico e ocioso.

Desse modo, se de um lado este trabalhador vencido nas batalhas se tornava escravo, por outro o cidadão grego não exercia trabalho braçal, pois deveria dedicar-se à reflexão e ao exercício da cidadania. Ser cidadão, portanto, significava exercer sua participação na vida política da cidade, na luta do exército e também de possuir terras.

Para Ribeiro (1999, p. 151) “já as funções dos escravos eram restritas à atividade inferior de transformação da natureza em um bem determinado pela vontade das camadas superiores”. Os escravos exerciam as mais variadas tarefas, a saber: permaneciam nas montanhas guardando os gados, cuidavam dos currais, preparavam a terra para o plantio e quando estivesse no tempo colhiam, bem como às atividades domésticas.

Vale ressaltar ainda que “por ser rotineiro e não exigir capacidade reflexiva, o trabalho manual era considerado atividade degradante, relegada a escravos e não aos cidadãos” (RIBEIRO, 1999, p. 151).

Nesse sentido, Aristóteles nos apresenta que,

A utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza faz o corpo do escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto para a vida do cidadão. [...] Os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios (estes tipos de vida são ignóbeis e incompatíveis com as qualidades morais); tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer (ócio) é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas (ARISTÓTELES, cap. II. 12546b. cap. VIII. 1329a).

Já no período medieval o trabalho era visto como um meio de subsistência bem como da disciplina do corpo e de uma possível purificação da mente.

A novidade estava em que, de acordo com o cristianismo medieval, o trabalho passou a ser visto como uma forma de sofrimento que serviria de *provocação e fortalecimento do espírito* para alcançar o reino celestial (COTRIM; FERNANDES, 2010, p. 144, grifos dos autores).

Neste período da história encontramos os senhores e os servos. Enquanto os senhores se dedicavam as atividades concebidas como mais nobres, como a política, a guerra, a caça, o sacerdócio, entre outros exercícios ligados ao poder, os servos dedicavam-se as atividades agrícolas e artesanais. Segundo Ribeiro (1999, p. 151), “[...] era permitido aos trabalhadores possuir suas ferramentas e dominar o saber técnico da produção”. Como estes servos eram

responsáveis pelas atividades agrícolas ou artesanais, eles obedeciam a um ritmo de trabalho próprio diante da economia de subsistência. Isto é, essa proximidade com a natureza concebia aos trabalhadores uma relativa liberdade na utilização de seu próprio tempo.

Conhecida como “sociedade feudal”, esta carregava consigo uma divisão de grupos sociais. No topo estavam os clérigos e os nobres, senhores dos domínios terrestres ou não, depois se encontravam todos os trabalhadores (servos, artesãos, pequenos camponeses e comerciantes). Estes por sua vez, “[...] formavam a imensa maioria da população e eram encarregados de todas as atividades manuais necessárias à sua sobrevivência e ao sustento da nobreza e do clero” (CAMPOS; MIRANDA, 2005, p. 119). Ou seja, nesta época da sociedade feudal (séculos X ao XIII) a escravidão fora substituída pela servidão. Assim, o servo estava ligado à terra enquanto o senhor feudal, ao feudo.

[...] a grande novidade histórica do feudalismo está no fato de que diferentemente de tudo o que ocorrera nas relações entre o escravo e o seu senhor – os servos ficavam com uma parte da produção e, assim sendo, interessava aos servos aumentá-la (LESSA; TONET, 2011, p. 62).

Ressaltamos também que, uma vez que, ocorrera o aumento das produções e estes senhores feudais já não davam mais conta de manter tantos servos, veio o que se denominava como a crise no sistema feudal, ou seja, o feudo possuía um número muito maior de servos do que precisava. Para resolver o problema, os servos excedentes foram expulsos dos feudos. Para se manterem e não morrerem de fome, acabavam por roubar de outros servos.

Segundo Lessa e Tonet (2011, p. 63), “com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses”. Entra em cena a mercantilização e a Revolução Industrial. Com isso, “após séculos de predomínio do espaço rural e agrícola sobre as cidades e as atividades artesanais, o Ocidente presenciou o surgimento da indústria moderna” (CAMPOS; MIRANDA, 2005, p. 302). Esta indústria moderna fora caracterizada pelo surgimento de novas tecnologias; pelo desenvolvimento de outras formas de organização do trabalho; pelo trabalho assalariado. Tudo isso acabou por acelerar o ritmo de vida das sociedades européias. Um bom exemplo de como se iniciou a industrialização é o desenvolvimento da manufatura têxtil inglesa.

Esta sociedade moderna viu o crescimento do comércio e com isso o aprimoramento exacerbante da tecnologia, da qual é pautada pelas máquinas. O indivíduo que aprimorou estas tecnologias deveria utilizá-las para exercer agora o seu trabalho.

A esse respeito, Ribeiro (1999, p. 155) afirma que,

As máquinas serviram tanto para o aumento da produtividade, como para impor a disciplina do tempo e do trabalho, como o objetivo de controlar as formas de resistências operárias, principalmente por meio da ameaça do emprego.

Os homens trocaram o campo pela cidade, o cultivo na lavoura pelo chão da fábrica pensando em sua subsistência. Segundo Campos e Miranda (2005, p. 30, grifos do autor),

A industrialização criou um novo mundo, em que havia muitas formas de propriedade e vários tipos de poder, e a nação tinha de se tornar mais importante do que suas cidades ou províncias. Nesse novo mundo, os *indivíduos* eram cada vez mais importantes.

A importância desses indivíduos se dava pelo fato de que sua produtividade era apenas para o dono da fábrica. Com a Revolução Industrial se consolida a burguesia e o proletariado. Isto é, o dono da fábrica e o trabalhador. Lessa e Tonet (2011, p. 64) afirmam que “a Revolução Industrial transforma, finalmente, esse trabalhador em operário”. Ou seja, este operário é todo aquele que exerce um trabalho assalariado seja nas fábricas ou nos campos com o seu trabalho manual. Este trabalhador torna-se um operário, pois ele, diferente do artesão medieval que trabalhava com suas ferramentas, em sua oficina e tinha em suas mãos a posse do produto final, acabara por perder a posse disso tudo tendo apenas a sua força de trabalho.

Acerca desse período industrial Cerqueira (1961, p. 343) sinaliza que,

Para poder enfrentar a livre concorrência, os chefes de indústria não encontravam recurso mais fácil do que explorar ao máximo os operários, pegando-lhes jornadas de trabalho excessivas, muito superiores a sua capacidade física, a fim de reduzir ao mínimo o custo da mão-de-obra e, portanto, o custo da produção, o que lhe permitia auferir maiores lucros. Desamparados de qualquer proteção e impedidos de se reunir para reagir contra esses abusos, viam-se os operários na dura contingência de escolher entre os baixos salários insuficientes para a sua subsistência e a mais completa indigência. Prolongavam-se as jornadas de trabalho a 14 e 16 horas, não se distinguindo entre trabalho noturno e trabalho diurno. Trabalhava-se a semana toda sem um dia de repouso [...].

Pelo que percebemos na afirmação de Cerqueira, este processo de trabalho ocorrido com a Revolução Industrial é considerado como um período de terror para a vida desse trabalhador ou desse operário visto o processo de desumanização e não de humanização desses indivíduos. Nessa mesma direção,

A mercantilização inicial prescindia enormemente de mão de obra operária, o que fazia do trabalhador um personagem com atividades essencialmente manuais. Marx percebeu, no entanto, que as coisas não se comportavam de forma simples e estável (MAGALHÃES, 2014, p. 23).

Neste sentido, encontramos no filósofo alemão uma análise negativa do papel que o trabalho adquiriu nas sociedades capitalistas. No próximo capítulo, poderemos perceber a categoria de trabalho para Karl Marx bem como este se encontra diante do capitalismo.

#### 4 CAPÍTULO III: KARL MARX E O SOBRETALHO DOCENTE

Neste terceiro capítulo, apresentaremos o pensamento de Karl Marx em relação ao trabalho, bem como, aquilo que ele denominou de sobretrabalho, parte integrante da precarização do próprio trabalho, tendo em vista a precarização do trabalho docente.

Para Karl Marx o trabalho passa a ser uma atividade por excelência no qual por intermédio dele o ser humano vai se libertando da natureza e se humanizando, ou seja, quando o ser humano produz algo ele também vai se autoproduzindo enquanto pessoa, construindo, assim, a sua subjetividade.

Como vimos no segundo capítulo, para sobreviver o ser humano vai produzindo as coisas, elaborando ideias bem como aprovando formas de vida em comum das quais dão origem as mais variadas instituições sociais como família, religião, Estado, educação entre outros.

Bittencourt (2013, p. 15) explica como o filósofo alemão mostrou com precisão este processo no qual o ser humano se realiza existencialmente:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu próprio câmbio material como uma de suas funções. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos – afim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Com isso, “o que interessa a Marx não é o trabalho como processo físico, biológico, mas é [...] a manifestação da subjetividade humana e é nisso que ele é propriamente humano” (COLLIN, 2008, p. 139).

Ainda sobre esta questão de modificar-se com o trabalho,

Para Marx, o ser humano muda ao longo da história e, no entanto, permanece o mesmo. Isso porque ele considera que o ser humano constrói-se a si mesmo por meio do trabalho e, conforme se constrói, se modifica. A construção é feita a partir de uma espécie de ‘matéria-prima’ que é o próprio ser humano, e isso permanece sempre o mesmo. Daí a possibilidade de falar em uma natureza humana. Mas ao trabalhar e transformar a natureza, o homem se modifica – e é por isso que, segundo Marx, é o trabalho que faz com que o ser humano seja propriamente humano (GALLO, 2013, p. 71, grifo do autor).



Nesse mesmo sentido, para Lessa e Tonet (2011, p. 19),

O resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade já não é mais a mesma [...] quanto também o indivíduo já não é mais o mesmo, uma vez que ele aprendeu algo com aquela ação.

Sendo assim, é através do trabalho que o indivíduo se distingue de todas as outras formas pré-humanas. Identificamos também que este trabalho é fundamental por ser condição para a existência social desse indivíduo. Pois ao transformarem a natureza e a si mesmos são construídas novas relações, históricas, sociais, conhecimentos, habilidades, entre outras.

Mas, “para que o trabalho tenha êxito, é necessário que o indivíduo e a sociedade possuam o conhecimento mínimo indispensável para a transformação desejada da realidade” (LESSA; TONET, 2011, p. 47). Quer dizer, pelo que vimos, todo trabalho exige o conhecimento da realidade a ser transformada. Vejamos: Para que um homem pré-histórico fizesse um machado era necessário que o mesmo conhecesse a madeira e a pedra o suficiente, distinguindo-se um do outro e do restante da natureza.

Diante da sociedade capitalista, Karl Marx nos alerta que o trabalho não satisfaz o trabalhador por se tratar de um processo de desumanização.

Chegamos à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo em suas funções animais – comer, beber e procriar, ou no máximo também em sua residência e no seu próprio embelezamento -, enquanto em suas funções humanas se reduz a um animal. O animal se tornou humano e o homem se torna animal (MARX, 2004, p. 83).

Diante da citação de Marx, “o trabalho já não é aquilo que faz do ser humano plenamente *humano*, tornando-o um *animal* como qualquer outro” (GALLO, 2013, p. 72, grifos do autor). Ou melhor, o trabalho deixa de ser processo de transformação da natureza e, por sua vez, construção desse ser humano, passando a ser apenas um processo de “coisificação” do mesmo. O ser humano é transformado em um mero objeto, em uma mera coisa.

O trabalho que uma vez dava dignidade ao ser humano, agora é transformado em trabalho assalariado, alienado e fetichizado. Com isso entra em cena o sobretrabalho e, por conseguinte, a precarização do trabalho.

Quando pensamos o sobretrabalho estamos voltando o nosso olhar a tudo aquilo que perpassa o tempo de trabalho (jornada de trabalho) e quando pensamos a precarização do trabalho, estamos olhando as condições ao qual o trabalho está inserido. Condições estas bem degradantes. Sendo assim, há uma grande relação entre estas duas categorias que condiz ao mundo do trabalho.

Percebe-se que, o trabalhador se encontra submetido à lógica do sistema capitalista que resulta na geração de duas classes distintas, a saber: os proprietários e os não-proprietários. Com isso, os trabalhadores são obrigados a alienar a sua força de trabalho visando sua sobrevivência.

Para Pereira (2013, p. 52),

Este trabalho torna-se uma mercadoria e como tal passa a ser vendida, não de acordo com as necessidades do indivíduo trabalhador, mas do indivíduo empregador. Nas regras mercantis, tudo pode ser vendido ou trocado, pois o indivíduo, bem como o seu trabalho, são apenas e tão somente mercadorias.

De acordo com a citação, é perceptível que o que predomina na sociedade capitalista é a produção de mercadorias. Dentro do pensamento de Marx, esta mercadoria é uma coisa que satisfaz uma necessidade do ser humano e que pode ser trocada também por outra mercadoria. Logo, “[...] toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de valor de uso e valor de troca” (MARX, 1999, p. 57). O valor de uso seria, portanto, a utilidade de uma coisa. Para Marx (1999, p. 57), “[...] só tem valor para o uso, e se efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor de uso pode ser utilizado de modos diversos”.

Já o valor de troca “[...] aparece primeiramente como *relação quantitativa*, em que valores de uso são trocáveis entre si. Em tal relação formam eles a mesma grandeza de troca” (MARX, 1999, p. 58, grifo do autor). Isto é, o valor de troca corresponde à relação, a proporção na troca de certo número de valores de uso de uma espécie contra certo número de valores de uso de outra espécie.

No entanto, o trabalhador se torna um ser alienado visto ter se tornado mera mercadoria. Ou seja, “na produção a pessoa se objetiva; no [consumo], a coisa se objetiva [...]” (MARX, 1999, p. 30). Como afirma Lessa e Tonet (2011, p. 67), “mercadorias são coisas, não são pessoas. Fazer das pessoas coisas é o que Marx denominou processo de reificação ou de coisificação”. Por reificação temos uma palavra latina que quer dizer “coisa”. Assim, vivemos num mundo inteiramente reificado do capitalismo, onde tudo são quantificados em preço, custo e rendimentos. É o reinado das “coisas”.

Confirmamos este pensamento quando observamos a afirmação de Collin (2008, p. 55) que “a alienação reside no fato de que a atividade do trabalhador pertence a outro. A alienação de si decorre da alienação do objeto”. Ocorre, portanto, uma grande inversão, no qual o produto [a coisa] torna-se mais valiosa que o próprio trabalhador. A coisa se objetivando, o ser humano [o trabalhador] acaba por se afundar neste nível de mercadoria. Este um dos mais deploráveis, pois enquanto, de um lado encontramos a desvalorização humana; por outro lado temos a valorização do mundo das coisas.

Assim, em vez de realizar o ser humano existencialmente, o trabalho alienado o torna estranho de si mesmo. Os papéis são trocados, a natureza materializa o homem o tornando uma coisa e, “uma vez coisificados, tornam-se peças facilmente substituíveis. Se, por um lado, somente trabalho humano produz riqueza, por outro lado, os trabalhadores cada vez mais são reduzidos a objetos descartáveis” (COSTA, 2009, p. 73-74).

Quando nos perguntamos sobre o custo da produção de um trabalhador assalariado, encontramos, segundo Lessa e Tonet, (2011, p. 95) que “nada mais, nada menos, do que custa à sociedade a reprodução da sua força de trabalho”. Por força de trabalho temos que seria algo considerada como mercadoria, por isso a mesma é comprável. Aquele que compra do trabalhador a sua força de trabalho a consome na medida em que ele [o trabalhador] começa a exercer o trabalho. É por isso que o custo dessa força de trabalho é muito baixo e o valor [salário] encontra-se muito abaixo das necessidades desse trabalhador.

No que corresponde ao salário, Marx já dizia que “o escravo, o servo, o operário assalariado, [...] recebem todos uma quantia de alimentos que lhes permitem existirem como escravo, servo, operário assalariado” (MARX, 1999, p. 28). E mais, como nos confirma Grespan (2015, p. 144), “[...], no capitalismo, os trabalhadores não ganham tudo aquilo que produzem, apenas o salário que lhes cabe”. O salário é muito baixo em relação ao tempo de dedicação que o docente exerce mediante as várias instituições de ensino do qual o mesmo faz parte. Esta situação salarial é vista por muitos como tendo um melhoramento com o passar do tempo, visto aquilo que se denominou de incentivos, mas convenhamos que tais incentivos em relação a outros países ainda são muito baixos.

#### 4. 1 O sobretrabalho docente

Adentrando na questão educacional, ao compreender que o professor é um trabalhador, concorda-se que o mesmo também se encontra dentro do sistema capitalista. Estes professores, assim como, os demais trabalhadores são obrigados a alienar a sua força de trabalho para sobreviver. Como vimos anteriormente, este professor sendo também um trabalhador não deixa de ser uma mercadoria que carrega aquilo que Marx denominou de valor de uso e valor de troca.

Segundo Ferreira (2011, p. 66), “[...] o docente sempre foi proletário, nunca foi proprietário de nenhum meio de produção, sempre foi apenas dono de sua força de trabalho”. Pelo que vimos, o sistema de incentivos ou bonificações faz dos docentes mais escravos da instituição, pois para obterem estes bônus, eles precisarão aumentar o ritmo de sua jornada de trabalho.

O professor se torna mera mercadoria e com isso se torna um ser alienado seja no que diz respeito à rede pública, bem como o que corresponde à rede privada de ensino. Como temos visto, esta é uma teoria desenvolvida por Karl Marx em vista do impedimento da humanização do homem por meio do trabalho. O trabalho alienado torna-se apenas condição de desumanização e de coisificação do humano em vista da valorização do objeto. Alienação do latim *alienare* significa “tornar-se estranho”, “ser privado de”. Isto é, ele torna-se escravo daquilo que cria, pensa ou imagina.

No entanto, para Costa (2009, p. 69), “[...] o perfil de professor traçado no âmbito do capital não é o do intelectual, mas o de reprodutor de informações e ideologias [...]”. Cabe apenas ao professor repassar conteúdos estabelecidos pela escola visto que a mesma tem sobre o professor certo “poder”, ao adotar um livro didático, principalmente a rede privada de ensino. Uma vez que se sugerem conteúdos, deverão cumprir determinadas sugestões mesmo que o professor fale de certa “autonomia” em sala de aula.

Sem tempo para ler, pesquisar o professor passa a executar suas obrigações de modo mecânico – semelhante a um robô preso ao comando – transformando-se em um proletário, no sentido de ter perdido sua autonomia; por falta de tempo ou incentivo para exercer sua capacidade criativa, desenvolve uma aula irreflexiva e de qualidade questionável (FERNANDES, 2010, p. 151).

Diante do exposto até aqui, muitas são as condições das quais podemos elencar acerca da precarização docente, a saber: carga horária de trabalho e ensino, tamanho das turmas,

relação professor e aluno, rotatividade e itinerância dos professores pelas escolas, entre outros. Assim, desprofissionalização, desqualificação e intensificação dos trabalhos se tornam elementos de precarização.

Observa-se que vem crescendo os avanços das políticas que desfavorecem a autonomia pedagógica, nas quais retém o controle do trabalho e acentua a desvalorização desses professores, levando à criação de um sistema educacional descontínuo. Diante dessa realidade, o professor aproxima-se cada vez mais da classe operária conforme a perspectiva marxista.

[...] os professores estão sempre submetidos a alguma autoridade burocrática superior, pública ou privada, são assalariados e recebem, na maioria, baixos salários, tem cada dia menos presença na definição dos fins de seu trabalho, tem uma atividade parcelada, com horário fixo e uma jornada de trabalho extenso como a maioria dos trabalhadores (TOMAZI, 1997, p. 99).

Esta precarização do trabalho deriva daquilo que Marx chamou de sobretrabalho. Este seria o período extra, o qual não constituindo valor para o trabalhador fornece apenas ao empregador. Percebemos que, este sobretrabalho está relacionado àquilo que Marx chamou de Mais-valia, visto que através dele, se é acumulado quantias a mais para o Capital.

Vale ressaltar que a única mercadoria que produz mais-valia é o trabalho. Sendo assim, este se torna um meio de valorização do Capital. O trabalhador que acaba por vender sua força de trabalho produz a mais-valia que é incorporada na produção de mercadorias. A mais-valia seria como um motor de todo processo e todo o interesse do capital está centralizado nela, afinal, ela se encontra inserida na própria teoria do valor do trabalho.

Embora a possível pretensão desse trabalhador seja o de capitalizar um valor monetário (dinheiro) quando vende sua força física, o mesmo não sabe que está vendendo-se como mero objeto para o capitalista. E sendo objeto, acaba por ser descartável. Esta é uma triste realidade a qual o profissional da educação passa por ser um trabalhador.

Sendo assim, “[...] os docentes apenas vêm aprofundando o sofrimento que o trabalho alienado, fruto do capitalismo gera: ao invés de realizador das aspirações humanas é o momento de seu esgotamento e degradação” (FERREIRA, 2011, p. 66). O impacto disso tudo na vida do profissional da educação e de qualquer outro trabalhador gera um terrível mal-estar psíquico.

Sendo o sobretrabalho o tempo extra exercido pelo trabalhador, neste caso, o professor; compreendemos que o produto desse modo de produção que é a mais-valia por ter

sido gerada pelo trabalho considerado produtivo seria este excedente do trabalho em que o professor não recebe. Ou seja, devemos pensar em toda hora que o professor não se encontra em sala de aula e, mesmo assim, exerce sua profissão.

Encontramos, portanto, nesta relação existente entre o trabalho alienado e o trabalho docente, que este se concretiza por intermédio da perda e da servidão de um objetivo, até por que o trabalho docente também traz em si a alienação, visto que deve adequar às orientações do mercado.

A educação também pode ser vista como um processo de trabalho, visto que o professor em todo momento, necessita produzir sua existência e, para que isso ocorra, ele tem que transformar a natureza para poder sobreviver. Isso ocorre através de seu trabalho.

Em suma, tendo refletido sobre o pensamento de Karl Marx e aquilo que configura o sobretrabalho, o qual acarreta a precarização do trabalho, o qual deu-se destaque o trabalho docente, acreditamos que a discussão sobre a temática não se esgota aqui, pois sabe-se que a cada dia surge inquietações variantes, seja o que corresponde o pensador alemão e seus escritos, seja aquilo que diz respeito a este contínuo processo de sobretrabalho e de precarização do trabalho docente.

## 5 CONCLUSÃO

Diante de todo o caminho percorrido neste estudo, consideramos que desde que o homem é homem o trabalho sempre esteve presente em sua vida e que fora utilizado para sua subsistência. E que recebeu diversas nomenclaturas ao longo do processo histórico no que condiz à forma de trabalhos e de produções.

Pelo que vimos, ao longo da história o trabalhador, seja visto como escravo, servo ou operário, sempre permaneceu num estado inferiorizado nas sociedades hierarquizadas. Passam os tempos e apenas trocam-se os modos de submissão. Ou seja, ao perder o seu instrumento de trabalho e, por conseguinte, a posse do produto, o operário inserido no chão da fábrica perde também sua autonomia. E sendo assim, já não pode escolher horário, ritmo de trabalho e o que dizer do próprio valor salarial.

Apesar do homem ter conquistado direitos e liberdades, este guarda em si alguma semelhança com a alienação que passara os escravos e os servos. É triste perceber que milhões de trabalhadores assalariados, dentre eles os profissionais da educação, produzem riquezas, mas acumulam apenas misérias. Visto que este acúmulo de riquezas é tão somente para os seus patrões.

Consideramos também que o sobretrabalho apresentado por Karl Marx o qual tomamos por referência neste trabalho, implica através de vários aspectos à questão da precarização do trabalho e, por conseguinte, a precarização docente. Afinal, a lógica capitalista vem afetando o dia a dia do trabalho do profissional da educação seja na rede pública como na rede privada de ensino. Então poderíamos pensar de onde viria esta dignificação do homem através do trabalho uma vez que a própria etimologia da palavra nos remete a algo fatigante e até mesmo torturante.

Encontramos em Karl Marx e no centro de sua teoria a categoria trabalho, bem como, a percebemos de início como uma forma de humanização e, por outro lado, desumanização do ser humano. Esta categoria perpassa o pensamento de Marx desde o começo de seus escritos chegando por fim a sua obra máxima, *O Capital*. Ressaltamos que, o pensador alemão continua vivo e que ainda hoje é revisitado para fundamentar trabalhos e estudos de pesquisas como este, bem como em tempos de crise, dado o vigor de sua obra.

## 6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi; revisão e tradução Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANTUNES, Ricardo. A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Curso livre Marx – Engels: a criação destruidora**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015, p. 97 - 114.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005.

BITTENCOURT, Renato Nunes. O tempo livre industrializado. In: **Revista Ciência e vida Filosofia**. São Paulo: Escala, Ano VI, edição 79, Fevereiro; 2013, p. 14 – 22.

CAMPOS, Flavio de. MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da história**. 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005 (Ensino médio, volume único).

CERQUEIRA, João da Gama. **Sistema de Direito do trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

COGGIOLA, Osvaldo. Análises concretas da luta de classes. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Curso livre Marx – Engels: a criação destruidora**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015, p. 73 - 96.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008 (Série Compreender).

COSTA, Áurea. NETO, Edgar Fernandes. SOUZA, Gilberto. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2009.

COTRIM, Gilberto. FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 (Ensino médio, volume único).

FERNANDES, Helio Clemente. **O trabalho docente: pauperização, precarização e proletarização**. Cascavel, PR: s.n. 2010, 208 p. (Dissertação – Mestrado em Educação).

FERREIRA, Carlos Serrano. **Pauperização e alienação do trabalho docente: contradições e perspectivas para o movimento dos trabalhadores de educação**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p. 62 – 71; fev. 2011 (Artigo).

GALLO, Silvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2013 (Ensino médio, volume único).

GRESPLAN, Jorge. Crítica da economia política, por Karl Marx. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Curso livre Marx – Engels: a criação destruidora**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015, p. 139 - 162.



JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Curso livre Marx – Engels: a criação destruidora**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015, p. 7 – 9.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (Debates & Perspectivas).

MAGALHÃES, Fernando. **10 Lições sobre Marx**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 (Coleção 10 Lições).

MARX, Karl. **Do Capital**. Tradução de Edgard Malagodi; Colaboração de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultura, 1999 (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi; Colaboração de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultura, 1999 (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

PEREIRA, Valmir. **O indivíduo burguês e a crise da escola**. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Trabalho e Realização. In: \_\_\_\_\_. **Para Filosofar**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1999, p. 148 – 170 (Capítulo 9).

TOMAZI, Nelson Dácio. Trabalho, sociedade e educação. In: **Sociologia da Educação**. São Paulo: Atual, 1997.

## 7 FONTES CONSULTADAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do Trabalho:** escritos de Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (Trabalho e Emancipação, volume I).

\_\_\_\_\_. **A dialética do Trabalho:** escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (Trabalho e Emancipação, volume II).

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FERACINE, Luiz. **Karl Marx ou a Sociologia do Marxismo.** São Paulo: Editora Escala, 2011 (Coleção pensamento & vida, v. 8).

PEREIRA, Isidro. **Dicionário grego – português e português – grego.** 8. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1998.

VERA, Leila Cristina Rojas Gavilan. **A aplicação dos elementos de meio ambiente do trabalho:** equilibrado como fator de desenvolvimento humano. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2009 (Dissertação de Mestrado).

VIANA, Nildo. **O jovem Marx e o Marxismo.** Revista Possibilidades. Núcleo de Pesquisa Marxista. Ano 1, n. 2, out/dez. de 2004.

TIRIBA, Lia. PIKANÇO, Iracy Silva (Org.). **Trabalho e educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidaria. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.